

LEGISLATIVO AGORA

NATAL/RN, TERÇA-FEIRA, 2 DE JUNHO DE 2020 | EDIÇÃO Nº 17 | ANO 2 | 12.500 EXEMPLARES

Legislativo Agora é informe publicitário editado com material da Assessoria de Comunicação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

Doação 02 e 03

A MISSÃO É PROTEGER

Poder Legislativo potiguar doa 166 mil Equipamentos de Proteção Individual para servidores da saúde e segurança, que estão na linha de frente no combate ao coronavírus

Enfrentamento 04 e 05

Assembleia Legislativa x Coronavírus

Mais de R\$ 2 milhões em recursos próprios já foram repassados ao governo



Investigação 06 e 07

Assembleia instala CPI da Arena das Dunas

Apuração foi aberta após auditoria realizada pela Controladoria-Geral do Estado

Relevância 14 e 15

Educação também recebe atenção da ALRN

TV Assembleia assumiu um papel preponderante na transmissão de programas vitais à população



Proteção

AL doa mais de 160 mil unidades d

São 141 mil litros de álcool líquido 70% e 25 mil máscaras com tripla proteção para os profissionais da saúde e segurança que atuam em território potiguar

As redes públicas de saúde e segurança do Rio Grande do Norte recebem um grande apoio para os que estão na linha de frente no enfrentamento ao novo coronavírus. São 141 mil litros de álcool líquido 70% e 25 mil máscaras com tripla proteção para os profissionais de saúde e agentes de segurança pública que atuam em território potiguar doados pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

De acordo com o Legislativo, os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) chegarão a milhares de potiguares que atuam nas duas principais pastas em atuação neste momento de combate à pandemia provocada pela contaminação através do novo coronavírus. “O mundo vive a maior crise dos últimos tempos por causa do Coronavírus. E no Brasil a situação não é diferente. Aqui no Rio Grande do Norte, enfrentamos um desafio constante na luta para salvar vidas. A sociedade merece ações responsáveis e rápidas no combate à pandemia e por isso, como presidente, representando a vontade da população e dos 24 deputados estaduais e servidores, anunciamos a destinação de R\$ 2 milhões e noventa mil reais para leitos de UTI do Hospital da Polícia Militar e 166 mil unidades de Equipamentos de Proteção Individual para atender aos profissionais de saúde, segurança e à população nos hospitais regionais, referenciados para a Covid-19”, aponta o presidente da ALRN, Ezequiel Ferreira (PSDB).

E não para por aí. A doação dos EPIs veio no combo com o repasse financeiro para custeio do funcionamento de leitos de UTI do Hospital da Polícia Militar, em Natal. O investimento tem valor total de R\$ 2,1 milhões. O aporte financeiro do Poder Legislativo - com repasse imediato ao custeio da unidade hospitalar que atende a pacientes com Covid -19 - foi possível mediante redução de despesas e suspensão de atividades de projetos do Legislativo. Todos os 24 deputados estaduais concordaram com a doação, entendendo a responsabilidade de atuar de forma urgente junto aos que mais



precisam e lutam por atendimento preventivo e de urgência na rede estadual de saúde pública do RN.

O Legislativo Estadual também destaca as iniciativas feitas durante a pandemia em razão da proliferação do novo coronavírus. Inicialmente, a Assembleia Legislativa se antecipou aos primeiros casos de mortes no Brasil e em 12 de março, elaborou material de comunicação interna e externa - junto ao Setor de Saúde e Políticas Complementares; Recursos Humanos e Qualidade de Vida, com aprovação da Diretoria-Geral e Administrativa - na produção e publicação sobre a contaminação do novo coronavírus com objetivo de combater a pandemia.

Na mesma semana e com base na estrutura física do prédio da ALRN, os deputados aprovaram decreto em razão da pandemia do coronavírus, suspendendo parcialmente atividades presenciais na Casa. O ato foi alterado no dia 18 de março com a suspensão das atividades da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte “em razão da pandemia

do novo coronavírus (Covid-19)”. A aprovação do requerimento assinado pelos parlamentares médicos foi feita à unanimidade. No outro dia, o Governo do Estado envia decreto de calamidade pública que é aprovado pelos deputados estaduais, permitindo ações emergenciais como a transferência de recursos entre pastas e atos publicados pela chefe do Poder Executivo, como a quarentena, suspensão de atividades no comércio e obrigações atribuídas à sociedade como o uso de máscaras e distanciamento social, publicação em Diário Oficial com o aval das autoridades sanitárias e em saúde do Estado durante a pandemia.

O mundo no período da pandemia mudou. E o legislativo acompanhou essa mudança. Votado em Plenário, deputados aprovaram criação de Comissão Parlamentar de Combate ao Coronavírus. Reuniões diárias, ouvindo setores da sociedade preocupados com a saúde; economia; combate à violência doméstica e recuperação econômica do Estado durante os dois meses de

quarentena.

E a preocupação com os servidores do Legislativo Estadual também foi estabelecida com apresentação explicativa sobre o novo coronavírus e atendimentos virtuais de saúde e psicologia destinados aos servidores. Pensando no bem-estar dos servidores, espalhados por todas as regiões do Rio Grande do Norte durante a quarentena, a Coordenadoria de Gestão de Pessoas elaborou cartilha com orientações como maneira de minimizar os impactos do isolamento social. Divisão de Saúde se movimentou também para assegurar a saúde física e saúde mental dos servidores, disponibilizando atendimentos virtuais para pacientes em tratamento, como é o caso da terapia feita por psicólogos e ainda, a telemedicina feita por profissionais da Diretoria de saúde da Casa.

Os canais de comunicação também estão funcionando a todo vapor com material produzido pela Diretoria de Comunicação da Assem-

le EPIs no combate ao coronavírus

Assembleia Legislativa



Somente em álcool líquido, foram doados 141 mil litros para serem usados como medida preventiva; máscaras foram 25 mil



bleia, pela TV e Rádio Assembleia, com seus assessores, publicitários, fotógrafos e repórteres retratando o dia a dia no legislativo e produzindo material de conscientização em relação à prevenção ao novo coronavírus. Um dos cases no pioneirismo foi o post que rendeu maior engajamento do ano com as dicas de distanciamento social; uso de máscaras e álcool 70% no período anterior a primeira morte no Brasil, datada em 17 de março. Outro marco durante a pandemia é a transmissão ao vivo pela Tv Assembleia (canal 51.3) e pelo site (al.rn.gov.br) das coletivas de imprensa do Governo do Estado, marcando a parceria e apoio irrestrito à população no combate à pandemia. Os números mostram o zelo e a transparência com que a crise vem sendo tratada no RN.

Outro marco considerado importante no Legislativo foi feito pela consagrada equipe da Diretoria de Gestão Tecnológica, campeã do prêmio Unale de Gestão, modelo em todo o Brasil. Os servidores desen-

volveram o Sistema de Deliberação Remota (SDR) através de software para que as sessões do parlamento fossem totalmente informatizadas. O rito tradicional de deliberação e votação foi substituído temporariamente pelos meios digitais de computadores, smartphone e o tablet, padronizando a qualidade na transmissão ao vivo feita pela Tv Assembleia em canal aberto (51.3) e ainda no site e redes sociais. O tablet também guarda com segurança a votação remota dos deputados. As sessões virtuais desde então, ocorrem normalmente nos dias e horários estabelecidos pelo Regimento Interno nas manhãs de terça, quarta e quinta-feira, a exemplo do Congresso Nacional.

A democratização dos sistemas legislativos - operados remotamente - também chegaram ao E-legis, facilitando consultas ao sistema protocolar da Assembleia, sem ser necessário o contato presencial, preservando a saúde e a vida dos servidores e população. O atendimento virtual também foi implantado pela

Diretoria Legislativa que através de e-mail recebeu os encaminhamentos dos decretos de calamidade pública nas esferas municipais, garantindo a aprovação dos atos pelo legislativo estadual, como prevê a Constituição Brasileira.

Pensando no apoio também à pasta da educação, a ALRN assinou convênio com a Educação Estadual transmitindo ao vivo aulas para estudantes da rede pública de ensino em canal aberto em todas as regiões do Rio Grande do Norte. Ato elogiado pela União dos Legisladores e Legislativos do Brasil (Unale), entidade nacional que representa as assembleias e câmaras municipais.

E para também contribuir com a sociedade em geral, principalmente os adultos, a Escola da Assembleia disponibiliza cursos online no período da pandemia. Tudo gratuito e em diversas áreas como educação financeira; gestão de negócios para empreendedores; questão e ritos eleitorais; comunicação e uso de redes sociais, além de temas ligados à gestão pública, marca consagrada

da instituição de ensino.

E se os deputados propuseram mais de 100 ações do legislativo, entre requerimentos, projetos de lei e atos de regulamentação, a equipe de servidores que atuam no Planejamento Estratégico também continua suas atividades na construção do “Horizonte 2023” com reuniões semanais divulgadas com planos e metas para o legislativo.

Durante a pandemia, a ALRN notificou em seus quadros de servidores casos de contaminação do novo coronavírus. A exemplo deles, o caso do deputado Hermano Moraes (PSB) e acompanha diariamente as notificações dos servidores em tratamento da doença. Recentemente, a ALRN prestou solidariedade as famílias dos servidores que não resistiram à contaminação, vítimas da Covid-19 com acompanhamento nas despedidas e nota de pesar, também informando a sociedade nas redes sociais e nos telefones funcionais através de listas de transmissão tudo que acontece dentro da Casa.

A Procuradoria-Geral da ALRN

também contabiliza atos e feitos jurídicos que merecem destaque. Além da elaboração dos decretos de suspensão de atividades, defendeu a legitimidade na continuidade da atividade parlamentar no momento em que a sociedade mais precisa, garantindo segurança jurídica aos atos do legislativo.

Essa semana, a sede e os anexos da ALRN passarão pelo processo de desinfecção de ambientes para evitar contaminações de pessoas. A ação será executada pelas forças armadas, seguindo os protocolos de biossegurança e sanitização. Outras medidas estão sendo tomadas para garantir a tranquilidade dos deputados e servidores em relação aos plano de retomada que está sendo elaborado para definir a diretriz e o protocolo a ser implementado e executado ao fim da quarentena, com objetivo de minimizar as consequências negativas e prejuízos da pandemia. O objetivo das ações é a segurança e a tranquilidade para os deputados estaduais e Servidores da Assembleia Legislativa do RN.

Enfrentamento

Assembleia Legislativa

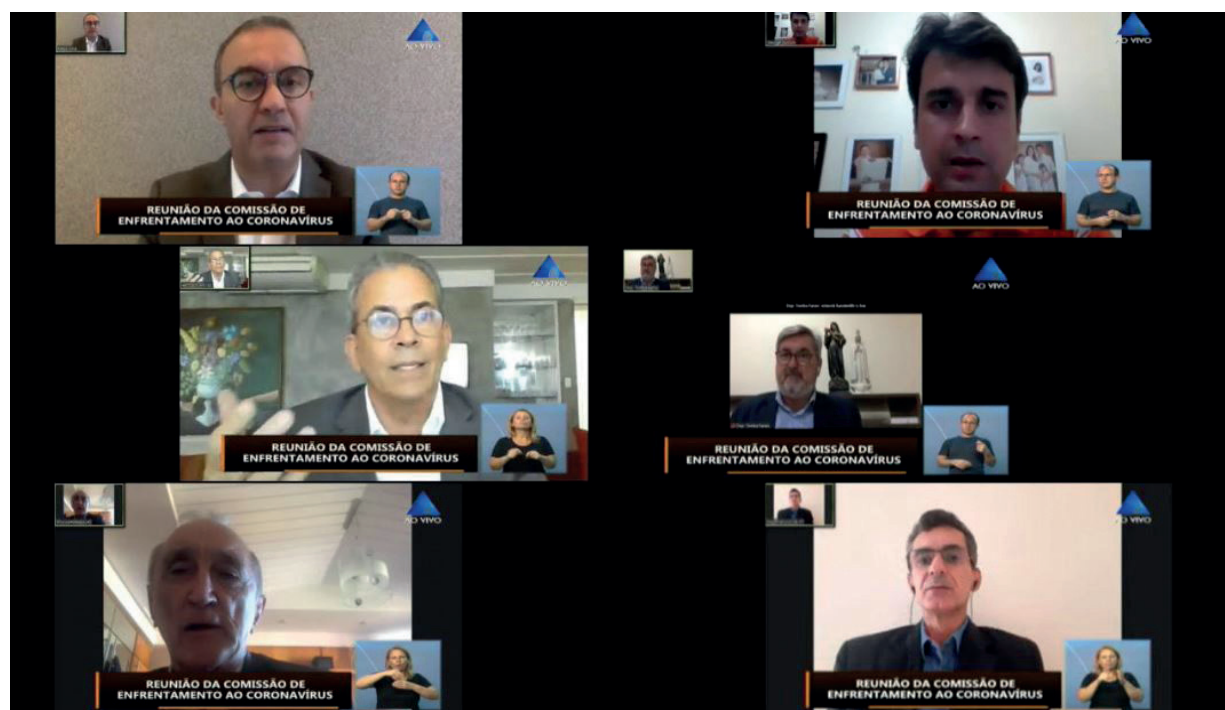
Por iniciativa da Casa, mais de R\$ 2 milhões em recursos próprios já foram repassados para a viabilização de leitos de UTI e aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), além de outros R\$ 4,8 milhões em emendas individuais obrigatórias para ações de enfrentamento à Covid-19

O enfrentamento à pandemia do novo coronavírus no Rio Grande do Norte tem contado com a colaboração efetiva da Assembleia Legislativa e dos 24 parlamentares da Casa. Desde o início das ações para o fortalecimento da rede de saúde, o Parlamento intensificou seu trabalho e foi responsável por colaborações importantes na proteção à população potiguar atuando, inclusive, de modo além de suas obrigações constitucionais.

Desde o início de abril, a Assembleia tem destinado recursos para o combate ao novo coronavírus. Por iniciativa da Casa, aproximadamente R\$ 2,1 milhões em recursos próprios foram repassados para a viabilização de leitos de UTI no Hospital da Polícia Militar e também para a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para atender os profissionais de saúde, segurança e a população nos hospitais regionais referenciados para a Covid-19.

Além dos recursos próprios da Casa, os deputados estaduais também destinaram R\$ 4,8 milhões em emendas individuais obrigatórias para as ações de enfrentamento à Covid-19. A aplicação das verbas ocorre em benefício de todas as regiões do Rio Grande do Norte, atendendo também os pleitos dos parlamentares que representam a população de todo território potiguar.

“O mundo vive a maior crise dos últimos tempos por causa do Coronavírus. A sociedade merece ações responsáveis e rápidas no combate à pandemia. O Legislativo se une no combate ao Coronavírus com ações parlamentares e com todo esforço no Parlamento. Reduzimos as despesas e suspendemos temporariamente os projetos, dando condições para o apoio financeiro que irá garantir mais leitos de UTI, equipamentos de segurança e outras ações que sejam fundamentais para a saúde da população”, disse o



Reuniões de Enfrentamento ao Coronavírus se tornaram necessárias neste período de epanemia e são realizadas constantemente

presidente da Casa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB).

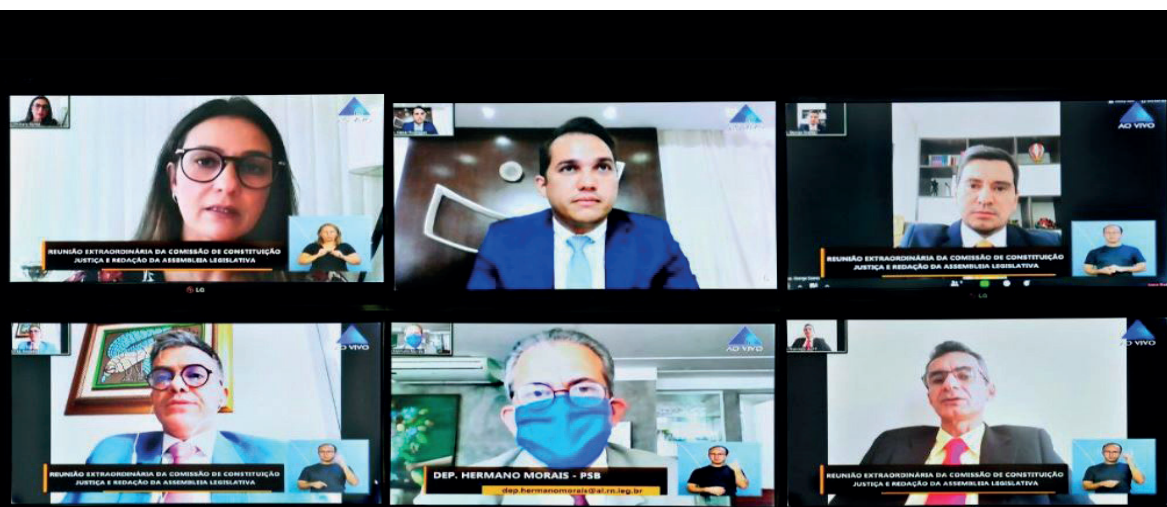
COMISSÃO

A Assembleia Legislativa criou

uma Comissão de Enfrentamento ao Coronavírus que vem trabalhando

Alternativa x Coronavírus

Assembleia Legislativa



**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
JUSTIÇA E REDAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Francisco do PT, Sandro Pimentel (PSOL), Dr. Bernardo (Avante), Kelps Lima (SDD), Getúlio Rêgo (DEM) e Tomba Farias (PSDB), a Comissão tem por funções o acompanhamento e a fiscalização das ações do Governo do RN referentes ao decreto de calamidade pública, bem como o encaminhamento de Projetos de Lei ao Legislativo Estadual e já reuniu representantes de academias, empresários, secretários, médicos, representantes do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Recentemente, o deputado Sandro Pimentel foi substituído, na Comissão, por Hermano Moraes (PSB) para compor a CPI da Arena das Dunas na Assembleia Legislativa.

PROPOSTAS

Além da atuação por iniciativa própria para o combate à pandemia, a Casa Legislativa também segue discutindo amplamente as ações realizadas pelo Poder Executivo e aprovando leis que amparam a população potiguar. Mesmo com as limitações sanitárias impostas, o Legislativo segue atuando de maneira remota e tem conseguido dar andamento a essas matérias, que poderão ter grande valia aos potiguares.

Os decretos de calamidades de saúde das cidades potiguares foram integralmente analisados pela Casa, que deu aos gestores municipais a oportunidade garantida por lei para atuarem de maneira mais veloz no enfrentamento à pandemia.

Já de própria iniciativa, a Assembleia aprovou matérias que vão dar garantias à população durante o enfrentamento. Uma das propostas, por exemplo, suspende a cobrança de empréstimos consignados aos servidores públicos, ativos e inativos, durante o período da pandemia. A proposta, que aguarda sanção do Executivo, determina também que as instituições financeiras não cooperativas

suspendam as cobranças das consignações voluntárias contratadas pelos servidores públicos estaduais civis e os militares, pelo prazo de até 180 dias. Além disso, ainda de acordo com a proposta, as parcelas que ficarem em aberto durante este período deverão ser acrescidas ao final do contrato, sem a incidência de juros ou multas.

Em outro projeto, os deputados aprovaram a garantia de que fornecimento de energia elétrica e água, mesmo em caso de atrasos nos pagamentos, além de também tramitar na Casa um projeto que visa instituir um regime excepcional e temporário de cobrança da taxa de fornecimento de água pela Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern).

Outra matéria que também terá grande importância para a população, principalmente para os que foram aprovados em concurso público no estado, é a que determina a suspensão imediata de todos os prazos de validade relativos aos certames. No texto, ficam suspensas as contagens de tempo da validade de concursos realizados que englobem a administração direta e indireta, independente de serem ou não já homologados, em todo o Estado. A recontagem do prazo de validade dos concursos poderá ser vinculada com o término da vigência do decreto, quando as seleções passam a ter prazos correntes.

“Os deputados têm demonstrando sensibilidade aos anseios da população neste momento, em todos os seus aspectos. Quem tem acompanhado o trabalho da Assembleia nesse momento de pandemia pode observar que todos os deputados estão atuando da melhor maneira para contribuir com os potiguares nesse período de pandemia. Certamente, a Casa tem se destacado nesse trabalho”, disse o deputado Ezequiel Ferreira.

Alternativa para manter as atividades parlamentares, deputados vêm utilizando as sessões remotas como ferramenta de trabalho

do constantemente na fiscalização e implementação de medidas de com-

bate à doença Covid-19, que vem se alastrando rapidamente pelo mun-

do, desde dezembro do ano passado. Composta pelos deputados

Investigação

Assembleia instala CP

Apuração foi aberta após auditoria realizada pela Controladoria-Geral do Estado (Control), que diz ter encontrado irregularidades no contrato firmado entre o estádio e o governo

Após solicitação da Assembleia Legislativa, através do mandato do deputado Sandro Pimentel (PSOL), a Controladoria-Geral do Estado do RN (Control) realizou auditoria acerca do contrato da Arena das Dunas, firmado entre o Governo do Rio Grande do Norte e o consórcio Arena das Dunas Concessão e Eventos S/A. Após a divulgação do relatório final da inspeção, o parlamentar solicitou, no dia 12 de maio, a instalação de uma CPI para investigar supostas irregularidades no convênio do estádio.

Segundo o parlamentar, a auditoria apontou que o Estado deixou de receber, entre outubro de 2014 e julho de 2019, cerca de R\$ 16,3 milhões em repasses da receita líquida dos eventos realizados na Arena. De acordo com o contrato, o rendimento obtido com os eventos deveria ser repartido igualmente entre a concessionária e o Governo do RN. No período citado, o Estado só recebeu cerca de R\$ 1,5 milhão.

Outro ponto analisado e destacado por Sandro Pimentel diz respeito ao pagamento do empréstimo contraído junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para a construção do estádio. Conforme apuração da Control, até outubro de 2019, a Arena das Dunas havia pago R\$ 517,4 milhões referentes ao seu financiamento. Mas o Governo do RN, no mesmo período, já havia repassado R\$ 626.671.272,93, referentes somente à parcela fixa. Isso demonstra que 109.188.102,98 foram pagos a mais pelo governo.

O relatório final da auditoria recomendou, então, a suspensão da parcela fixa paga ao consórcio, até que esse valor - mais de R\$ 109 milhões - seja descontado do que o Governo do RN ainda deverá amortizar. Caso todas as recomendações sejam cumpridas, a previsão é de que haja uma economia de mais de R\$ 421 milhões até o final do contrato.



Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi instaurada durante reunião virtual

O Consórcio Arena das Dunas Concessão e Eventos S/A tem contestado o relatório da Controladoria, apontando entendimentos controversos ao estabelecido no regimento da Parceria Público Privada (PPP).

Dando continuidade ao caso, a Assembleia Legislativa aprovou, na quarta-feira (27), o Projeto de Resolução nº 9/2020, responsável por organizar os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que irá investigar o referido contrato entre o Governo do Estado e o consórcio responsável pela Arena das Dunas.

A Comissão possui cinco membros titulares: Sandro Pimentel (PSOL), Isolda Dantas (PT), Allyson Bezerra (SDD), Coronel Azevedo (PSC) e Tomba Farias (PSDB); e cinco suplentes: Francisco do PT, Cristiane Dantas (SDD), Souza Neto (PSB), Raimundo Fernandes

(PSDB) e Getúlio Rêgo (DEM).

Em seguida, na primeira reunião da CPI, realizada na sexta-feira (29) por videoconferência, ficaram definidos o presidente (Coronel Azevedo), o vice-presidente (Tomba Farias), o relator (Sandro Pimentel) e o calendário das atividades.

Na ocasião, o deputado Coronel Azevedo frisou a relevância da Comissão para o próprio Legislativo e para o Rio Grande do Norte. "Há quase 20 anos a Assembleia Legislativa não instalava uma CPI, e essa vem buscar as respostas que o povo potiguar tanto anseia sobre tudo que envolve a Arena das Dunas. Há fatos que precisam ser investigados e esse é o principal objetivo desta comissão", destacou.

Já o relator da CPI, Sandro Pimentel, ressaltou o empenho da governadora Fátima Bezerra (PT) em prol da instalação da

Comissão. "Eu quero fazer o reconhecimento público de que essa CPI está ocorrendo também pela disponibilidade da governadora, que desde a primeira reunião se mostrou interessada na formação da Comissão. Além disso, quero lembrar que a nossa obrigação é entender como o RN construiu um patrimônio de R\$ 400 milhões e acabou pagando 3 vezes mais por isso", enfatizou.

Ainda na reunião da sexta-feira (29), com o objetivo de dar celeridade às atividades, o presidente da Comissão requereu que alguns órgãos, como Ministério Público Estadual (MPE/RN), Ministério Público Federal (MPF), Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN), Controladoria Geral do Estado (Control), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e Consórcio Arena das Dunas sejam convocados a terem assento

CPI da Arena das Dunas

Assembleia Legislativa

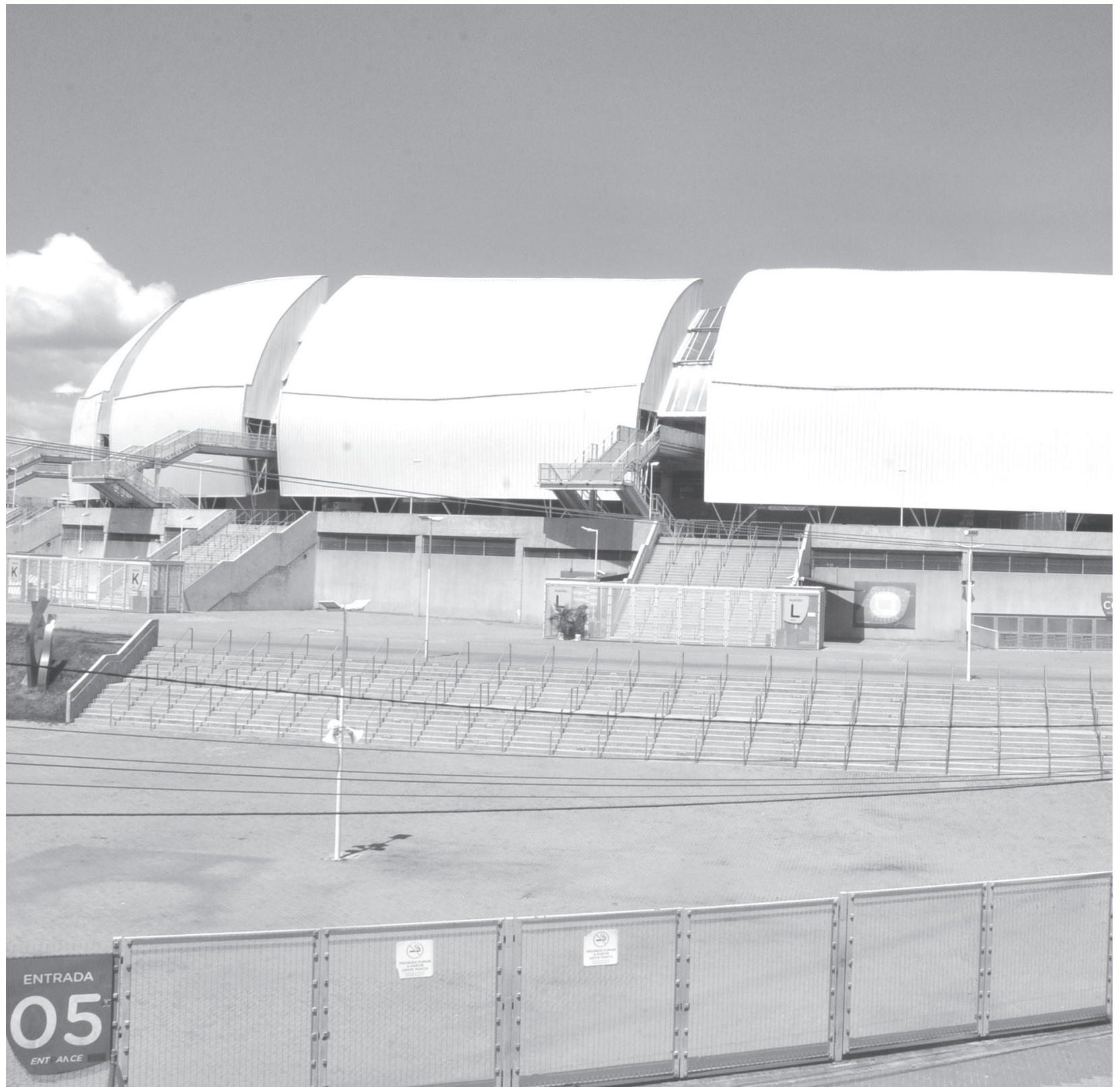
José Aldenir/AgoraRN



nas reuniões públicas da CPI. Também foi solicitado que os relatórios produzidos pela Control e pelo TCE/RN, além de todos os dados que embasaram esses documentos, sejam entregues em sua integralidade à Comissão.

Ao final do encontro online, os membros da CPI solicitaram ao presidente da Assembleia Legislativa, Ezequiel Ferreira (PSDB), a disponibilização de assessores jurídicos e técnicos para iniciarem os trabalhos. Eles ainda pediram que toda a estrutura da Casa Legislativa seja preparada para possíveis oitivas durante as investigações, principalmente por causa da pandemia.

Também ficou decidido que a próxima videoconferência da Comissão será realizada no dia 8 de junho, a partir das 16h. A CPI terá 60 dias de duração, prorrogáveis por mais 30.



Atitude

Legislativo no combate à v

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança colocam o Rio Grande do Norte como um dos Estados com maior crescimento no número de feminicídios durante o período de isolamento social

Com o confinamento social --- medida de combate à pandemia causada pelo novo coronavírus --- os casos de violência contra mulheres e meninas têm aumentado em todo o mundo. No Brasil, de acordo com dados da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, as denúncias de violência doméstica aumentaram 17% após o início das medidas de isolamento social em alguns estados. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgou dados que colocam o Rio Grande do Norte como um dos Estados com maior crescimento no número de feminicídios durante o período de isolamento. No mês de março, foram 4 casos registrados no Estado, 300% a mais do que no mesmo mês do ano anterior. Ao todo, quatro Estados brasileiros registraram aumento no número de feminicídios em março: Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Acre e São Paulo.

Os números deixaram em alerta as autoridades de segurança pública e órgãos, e não são os únicos dados que revelam o aumento da violência contra as mulheres durante o período de isolamento social. De acordo com a Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais (Coine), órgão vinculado à Secretaria do Estado de Segurança Pública (Sesed/RN), enquanto no mês de fevereiro o Estado registrou 354 denúncias de violência doméstica, no mês de março o número foi de 385 - 8,8% a mais.

Atenta aos números e com o objetivo de conter o avanço da violência contra a mulher no Rio Grande do Norte durante o período de isolamento social, o mandato da deputada estadual Isolda Dantas (PT) apresentou diversas ações para prevenção e proteção social no enfrentamento à violência contra a mulher enquanto durar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia. Entre outros projetos, Isolda sugeriu a implementação de uma Delegacia Virtual para o registro da violência doméstica e familiar. O projeto foi aprovado à unanimidade dos deputados.



Deputada Cristiane Dantas (SDD) destaca que a violência doméstica e familiar ainda é uma infeliz realidade



Francisco do PT apresentou projeto que propõe gratuidade de documentos para mulheres vítimas de violência

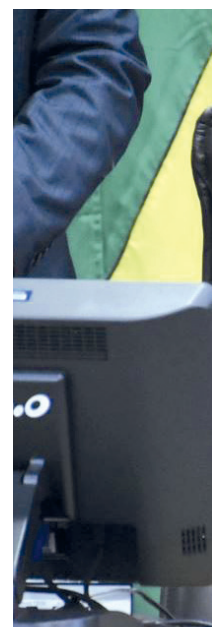
Agora, o PL aguarda sanção do Governo do Estado e a regulamentação da Polícia Civil, para que as mulheres potiguares tenham mais uma ferramenta em defesa de suas vidas.

Além do projeto, a deputada solicitou à Delegacia Geral da Polícia Civil (Degepol) a criação de um

canal de comunicação --- via WhatsApp que assegure o recebimento de denúncias, registros de ocorrências, envio de fotos e documentos relativos aos crimes e situações de violência doméstica.

Dentre as ações apresentadas pelo mandato de Isolda, estão solicita-

ções à Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos do Rio Grande do Norte (SEMJDH) para que o governo desenvolva uma campanha de conscientização e mobilização solidária da sociedade potiguar acerca da necessidade de



A deputada Eudiane



Deputada Isolda Dan

violência contra a mulher

Assembleia Legislativa



Macedo (Republicanos) também protocolou projetos para a segurança das mulheres



Francisco do PT cobra medidas preventivas como enfrentamento à violência contra as mulheres

colher!", diz Isolda.

A deputada Eudiane Macedo (Republicanos) também protocolou projetos de lei que dizem respeito à segurança das mulheres. Um projeto proíbe nomeação de agressores no serviço público estadual, e o outro reconhecerá empresas que contratarem mulheres em vulnerabilidade.

"O primeiro vai intimidar o homem que possa agredir uma mulher porque ele sabe que ali na frente terá como consequência, não poder assumir um cargo na esfera estadual", disse Eudiane, ressaltando que se enquadram nesse perfil homens condenados por crimes presentes na Lei Maria da Penha. "Só poderão trabalhar após 2 anos que a pena for extinta", explicou a parlamentar.

Sobre o Selo "Amiga da Mulher", de acordo com o projeto de lei da deputada Eudiane Macedo, será um reconhecimento a empresas que tiverem em seus quadros de funcionários, pelo menos 5% de mulheres que já tenham sido vítimas de violência doméstica. "Temos que criar mecanismos de segurança para nós mulheres", disse Eudiane, que tem recebido cada vez mais reclamações por parte de mulheres, pela falta de garantias contra a violência doméstica.

Recentemente, a governadora Fátima Bezerra (PT) sancionou duas leis aprovadas na Assembleia Legislativa, de autoria da deputada estadual Cristiane Dantas (SDD). As duas leis são voltadas ao combate à violência contra a mulher. Os projetos de lei foram votados no último dia 6 de maio.

"É de conhecimento de todos que a violência doméstica e familiar ainda é uma infeliz realidade em nosso País e no Rio Grande do Norte e precisamos nos conscientizar a população sobre a importância de denunciar esses casos", justificou Cristiane. Uma das leis, a de Nº 10.720/2020, autoriza os condomínios residenciais comunicarem aos órgãos de segurança pública sobre qualquer ocorrência ou indícios de violência doméstica e familiar contra mulher, criança, adolescente ou idoso, em

seus interiores.

A outra lei sancionada e publicada na edição da última quinta-feira (28) do Diário Oficial do Estado, a de Nº 10.722/2020, autoriza o Poder Executivo a instituir o projeto "Casa Abrigo" para acolhimento das vítimas de violência doméstica, com atendimento regional em Natal. A medida, segundo a deputada Cristiane Dantas, é prevista na Lei Maria da Penha.

"A Casa Abrigo é um local mantido pelo Estado com acolhimento adequado às vítimas de violência doméstica, já que muitas delas quando denunciam a agressão não têm para onde ir por dependerem financeiramente de seus agressores. Espero que o Governo do Estado coloque a medida em prática assim que possível", concluiu a parlamentar autora das leis.

O pleito é comum entre os deputados. Nesse mesmo sentido, o deputado Francisco do PT apresentou um Projeto de Lei que propõe gratuidade de documentos para mulheres vítimas de violência. O parlamentar destaca que, em muitos casos, as mulheres vítimas de violência têm seus documentos retidos, danificados ou extraviados pelos seus parceiros ou ex-parceiros. "Nesses casos, as mulheres, além de lidar com a violência, têm que arcar com os custos da emissão de novas vias de seus documentos e dos menores sob sua guarda ou responsabilidade. E isso precisa mudar", ressaltou.

Ainda segundo o projeto, para efeitos de aplicação do benefício, o extravio dos documentos deverá estar associado à situação de violência sofrida pela mulher. Além disso, a vítima deverá apresentar: o termo de encaminhamento de unidade da rede estadual de proteção e atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar; a cópia do Boletim de Ocorrência emitido por órgão competente, preferencialmente uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; ou o termo de Medida Protetiva expedida pelo Juiz da Comarca.

“Vai intimidar o homem que possa agredir uma mulher porque ele sabe que na frente terá consequência”

Eudiane Macedo

Deputada pelo Republicanos

“Precisamos conscientizar a população sobre a importância de denunciar esses casos de violência”

Cristiane Dantas

Deputada pelo SDD

“Muito precisa ser feito para prevenir e enfrentar a violência contra a mulher no Rio Grande do Norte”

Isolda Dantas

Deputada pelo PT

“As mulheres, além de lidar com a violência, têm que arcar com os custos da emissão de novas vias de documentos. Isso precisa mudar”

Francisco do PT

Deputado pelo PT

denúncia dos casos de violência; ao Tribunal de Justiça para a criação de um meio eletrônico, de modo urgente, para receber, encaminhar e processar solicitações pessoais de renovação de medidas protetivas às mulheres vítimas de violência doméstica e à Agência de Fomentos do

Estado para priorização de crédito especial para mulheres em situação de violência.

"Muito precisa ser feito para prevenir e enfrentar a violência contra a mulher no RN. Daqui, nosso compromisso e trabalho: se tem violência contra a mulher, a gente mete a

Prevenção

Atividade remota no Legislativo

Esta é a terceira vez que os deputados suspendem as atividades presenciais na Casa. Com a decisão, os parlamentares seguem trabalhando remotamente até o dia 30 de junho, por causa da pandemia do novo coronavírus

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte prorroga pela terceira vez a suspensão das atividades presenciais. Com a decisão, os deputados seguem trabalhando remotamente até 30 de junho por causa da pandemia do novo coronavírus. A decisão foi anunciada na sessão realizada no dia 26 de maio.

Os deputados levaram em consideração o aumento no número de casos suspeitos e confirmados de infecção pelo novo coronavírus no Rio Grande do Norte. Os parlamentares argumentaram ainda que o prédio da Assembleia Legislativa é fechado e funciona com ar-condicionado central, o que pode facilitar a transmissão de doenças contagiosas.

As atividades legislativas e administrativas na casa estão suspensas desde 18 de março para evitar o contágio pela Covid-19. O presidente da ALRN, Ezequiel Ferreira, informou que “a prorrogação do ato da Mesa não trará prejuízos aos trabalhos da Assembleia, que estão funcionando de forma remota, através do teletrabalho, e das reuniões e sessões por videoconferência”.

De forma pioneira, os deputados potiguares contam com o Sistema de Deliberação Remota (SDR), o novo aplicativo que permite a votação das matérias, projetos de lei e requerimentos em tramitação.

A criação do sistema e-legis SDR foi mais uma iniciativa que se somou às medidas de proteção que já vinham sendo adotadas pela Casa em razão da pandemia da Covid-19. O aplicativo permite que as matérias tenham a sua tramitação normal e votação sem a necessidade de presença física dos parlamentares.

De forma segura, o deputado faz seu login de acesso e conta com três métodos de validação do voto: a senha do e-legis, a senha do aparelho ou biometria e o reconhecimento facial. Além da ordem do dia, o sistema conta com a lista de presença e ao final, um resumo das matérias votadas durante a ses-



são. O novo sistema foi criado pela diretoria de Gestão Tecnológica da Casa e já está sendo usado como exemplo para as demais casas legislativas do país.

RECESSO PARLAMENTAR

Com o objetivo de continuar garantindo celeridade na votação de projetos e ações do Legislativo, o presidente da Assembleia Legis-

lativa do Rio Grande do Norte, deputado Ezequiel Ferreira de Souza (PSDB), anunciou na sessão remota de terça-feira (26), a suspensão do recesso parlamentar - previsto

Recesso é renovada por mais 30 dias

Assembleia Legislativa



pra julho deste ano.

Há dois meses o legislativo atua de maneira remota em razão da pandemia provocada pelo novo Coronavírus. “Queremos garantir

que a população e o Estado continuem contando com o legislativo de maneira permanente. Estamos prontos pra continuar o trabalho sem pausas. Esse é o momento de

estarmos cada vez mais perto da população, representada por nós no RN”, destaca.

A decisão de suspender o recesso foi definida na reunião de

líderes e da Mesa Diretora. O recesso parlamentar segue padrão regimental do Congresso Nacional e estava previsto para ocorrer neste ano no período de 18 a 31 de

julho.

Com a suspensão do recesso, as sessões ordinárias, reuniões e atividades das comissões parlamentares continuam normalmente.

Crise

Calamidade pública: mais de 100 municípios oficializam decretos

Até o dia 28 de maio, 105 municípios das mais diversas regiões do Estado solicitaram o decreto

A crise provocada pela pandemia na sociedade impôs o estabelecimento de medidas de enfrentamento às consequências da doença nos municípios do Rio Grande do Norte. Como em todos os outros estados brasileiros, as cidades potiguaras vêm enfrentando dificuldades, especialmente, na saúde pública e na economia. É por isso que, desde o início da disseminação da doença pelo país, viu-se a necessidade de atuação da Assembleia Legislativa do RN na aprovação de decretos legislativos de calamidade pública. Atrelado a isso, está a atuação dos parlamentares, que deixam os mandatos deles à disposição do estado para eventuais ajudas no âmbito do legislativo.

Os deputados estaduais começaram a aprovar decretos legislativos de calamidade pública no dia 7 de abril, na primeira sessão plenária

por Sistema de Deliberação Remota (SDR) da Casa Legislativa. Até o dia 28 de maio, 105 municípios, nas mais diversas regiões do Estado, solicitaram o decreto.

A aprovação dos decretos de calamidade pública dá segurança para que os gestores trabalhem no combate à Covid-19. “Significa que, uma vez aprovado, o município tem maior segurança jurídica e liberdade para assistir à população carente. Dá direito ao prefeito e sua equipe de trabalhar no combate”, explica o deputado estadual Vivaldo Costa (PSD).

O estado de calamidade pública é uma situação anormal, em que a capacidade de ação do poder público (nesse caso, municipal) fica seriamente comprometida. Essa situação é fruto de um desastre (no caso, a pandemia), e que cause danos graves à comunidade, inclusive amea-

çando a vida dessa população. É preciso haver pelo menos dois entre três tipos de danos para se caracterizar a calamidade: humanos, materiais ou ambientais. Nessas situações, o governo estadual deve intervir para auxiliar o ente a superar a situação.

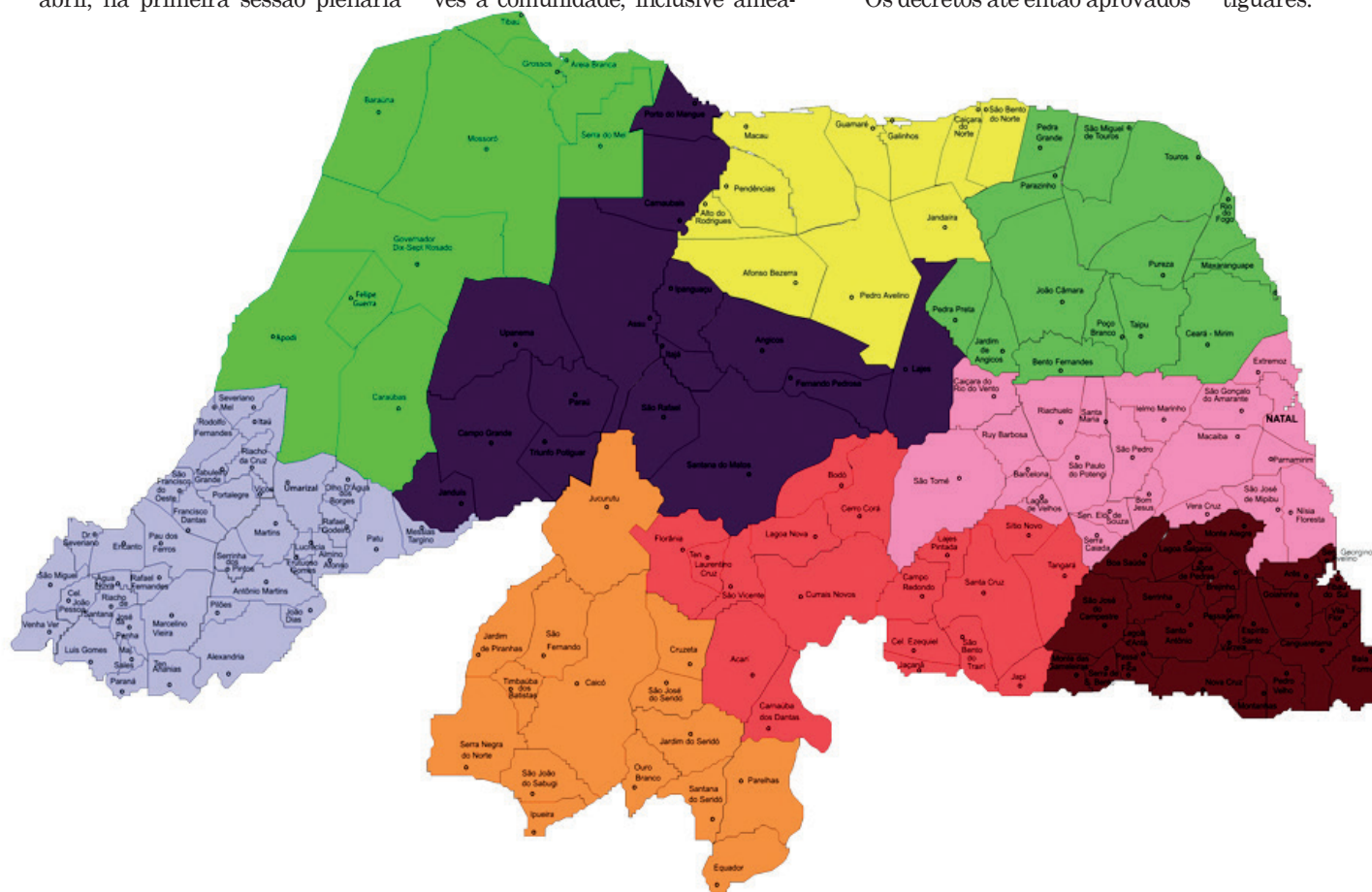
As ações em um estado de calamidade podem ser: liberação de recursos, envio de defesa civil, envio de kits de emergência, parcelamento de dívidas, atraso na execução de gastos, não necessidade de realização de licitações.

Como dito, quem tem a responsabilidade de aprovar os decretos em questão é a Assembleia Legislativa. Os Projetos de Decretos Legislativos são apreciados e consequentemente aprovados ou rejeitados. Após essa etapa, a Assembleia elabora o decreto e publica no Diário Oficial Eletrônico.

Os decretos até então aprovados

pela ALRN tomam por base as Leis Orgânicas dos Municípios e em consideração ao Estado de Emergência em Saúde Pública (ESPIN), decretado pelo Ministério da Saúde, em virtude da disseminação global da infecção humana pelo Coronavírus e a declaração da condição de transmissão pandêmica anunciada pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Portanto, com a aprovação desses decretos, cada município teve maior segurança jurídica e liberdade para planejar e executar as medidas necessárias ao enfrentamento da crise sanitária ocasionada pelo novo Coronavírus. Assim, a rápida resposta do Poder Legislativo às demandas surgidas nesse cenário somou-se aos esforços conjuntos de todos os Poderes no intuito de proteger a vida de milhares de potiguaras.





Limpeza

Sede da Assembleia, Palácio José Augusto é desinfectado pelas Forças Armadas

Trabalho de desinfecção foi feito em áreas de livre circulação de pessoas, em razão da aplicação dos produtos químicos de forma segura pela equipe de militares

Trinta técnicos das Forças Armadas que atuam no Rio Grande do Norte e na Paraíba --- Comando do 3º Distrito Naval; Exército Brasileiro (7ª Brigada de Infantaria Motorizada) e Força Aérea Brasileira (ALA 10) --- iniciaram a desinfecção do Legislativo Potiguar nesta segunda-feira (1º).

Seguindo as regras sanitárias preconizadas pelas autoridades de saúde em todo o mundo, o trabalho de desinfecção é feito em áreas livre de circulação de pessoas, em razão da aplicação dos produtos químicos de forma segura pela equipe de militares.

O processo de desinfecção conta com militares das Forças Armadas, habilitados para a descontaminação de ambientes, material e pessoal, em Estágios de Capacitação ministrados pela Equipe de Resposta Nuclear, Biológica, Química e Radiológica (NBQR) do Comando do 3º Distrito Naval.

A meta é higienizar superfícies e áreas comuns onde ocorre



Sede do poder Legislativo Potiguar, Palácio José Augusto passou por desinfecção. A ação foi realizada pelas Forças Armadas

circulação de pessoas, impedindo contaminações e eliminando a proliferação do novo coronavírus, responsável pela pandemia da Covid-19 e que já vitimou mais de 380 mil pessoas em todo o mundo.

Relevância

AL exhibe aulas para alunos da rede

Dentro de um contexto jamais vivido, a emissora de TV da ALRN assumiu um papel preponderante na transmissão de programas indispensáveis para a população potiguar

A humanidade vive um dos momentos mais difíceis da sua história. A incerteza e o medo são sentimentos que predominam desde o dia 30 de janeiro de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (Covid-19) constituía uma Emergência de Saúde Pública de importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização. Desde o dia 11 de março, a Covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia.

A partir daí esse novo fato modificou completamente a vida da maioria da população mundial. As pessoas se viram diante de uma situação nunca imaginada. As notícias das mortes de milhares de pessoas infectadas abalou o mundo e se instalou nos corações. Hábitos foram modificados, a rotina alterada, os costumes transformados, os sentimentos revalidados. Era hora de recuar. Era hora de proteger as crianças e idosos e seguir as orientações das autoridades de saúde que indicavam caminhos para uma possível minimização dos efeitos do vírus na saúde e na vida das pessoas. Passamos a lavar as mãos freneticamente, o álcool em gel passou a ser item indispensável, adotamos o uso das máscaras, nos fechamos dentro de casa e esperamos.

E nesse contexto, os meios de comunicação oficiais, tais como TV, rádio e jornal impresso, aliados a todas as plataformas da internet, assumiram um papel ainda mais fundamental ao empoderar a população com informações em tempo real e com orientações de como o mundo se comportava, com um único objetivo: minimizar os efeitos da pandemia na vida dos cidadãos – o que passou a ser a maior arma no combate ao novo coronavírus.

Dentro desse contexto, a TV Assembleia do Rio Grande do Norte assumiu um papel preponderante na transmissão de programas indispensáveis para a população do Estado. Em parceria com o Governo do Estado e a União dos Dirigentes Municipais de Edu-



Em parceria com o Governo do Estado e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), foi assinado um convênio com As

cação (Undime), foi assinado um convênio com Assembleia Legislativa para veiculação de aulas, na programação da TV Assembleia, direcionados para os alunos do Ensino Básico e Fundamental, da Rede Pública de Ensino, que com a suspensão das aulas, em virtude da pandemia, estão em casa. Diariamente, o Canal Legislativo

passou a transmitir a coletiva de imprensa do Governo do Estado, ao vivo, com informações atualizadas sobre as ações desenvolvidas no combate ao Covid-19. Dinamizou e intensificou as gravações de novas aulas do Programa “Conexão Enem”, visando manter o ritmo de estudos dos alunos que serão submetidos ao Exame Na-

cional do Ensino Médio (ENEM). O canal aberto, transmitido para a maioria dos municípios do Estado também passou a transmitir as sessões ordinárias e reuniões, realizadas pela Assembleia Legislativa através do Sistema de Deliberação Remota (SDR), permitindo a continuidade dos trabalhos legislativos e o ritmo no andamento

rede pública estadual de ensino

Assembleia Legislativa



Assembleia Legislativa para veiculação de aulas, na programação da TV Assembleia, direcionados para os alunos do Ensino Básico

das tramitações da Casa.

Para o presidente da Assembleia Legislativa, Ezequiel Ferreira (PS-DB) o protagonismo da TV Assembleia demonstra a importância do canal, como instrumento isento e imparcial.

“Como deve ser, a TV Assembleia atua com protagonismo e cumpre a sua missão de uma TV

Legislativa e educativa. Com uma linha editorial imparcial e com o interesse essencialmente em prestar serviço ao povo do meu Estado. Por isso, não medimos esforços para viabilizar essa nova programação”, ressaltou Ezequiel.

O secretário de Educação do Estado, Getúlio Marques, destacou a importância da exibição dos aulas,

permitindo que os mais de um milhão de alunos da rede pública de ensino do Estado possam continuar seus estudos, através da TV Assembleia. “Essa parceria com a Assembleia Legislativa é um marco para a educação no Rio Grande do Norte, visto que milhares de alunos estão em casa, contribuindo para que o coronavírus não se espalhe. Ter a

exibição de aulas diariamente na TV Assembleia é de uma riqueza sem tamanho para nosso alunado”, enfatizou o secretário.

Para que todas essas ações fossem realizadas, foi necessário um novo redimensionamento das equipes de profissionais, respeitando as normas de saúde estabelecidas pelas autoridades de saúde, e um ajuste na programação da TV Assembleia, como explica o gerente executivo da TV Assembleia, Gerson de Castro.

“Essa é a nossa missão. Seguindo a orientação do presidente Ezequiel Ferreira, montamos uma equipe com o número mínimo de profissionais e passamos a prestar todos esses serviços à população do Rio Grande do Norte”, disse.

Para o coordenador da TV Assembleia, Bruno Giovanni, com essas novas possibilidades e com a importante prestação de serviço do canal Legislativo, as ações do parlamento estadual se aproxima ainda mais da população. “Esse é um serviço de utilidade pública e vem suprir a necessidade de deixar a população cada vez mais informada, em tempo real e de forma direta. Somos a Tv Assembleia do Rio Grande do Norte – o canal do povo Potiguar”, comenta.

TV ASSEMBLEIA

Atualmente a TV Assembleia é exibida em todas as regiões do Estado. A meta do Legislativo Potiguar é levar o sinal da TV Assembleia a todos os 167 municípios do RN. Dessa forma, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte pretende atingir a principal finalidade desta TV pública, que é dar publicidade e democratizar o acesso dos cidadãos aos temas debatidos e votados na Assembleia Legislativa do RN.

Acompanhe as ações no site (www.al.rn.leg.br), nas redes sociais @assembleiarn e na TV Assembleia no canal aberto digital 51.3 (Natal e região metropolitana). Outras opções: na Cabotecom (canais 9 e 109) e na Net, canal 16. Em várias regiões do estado, pode ser sintonizada pelo canal aberto digital 18.1.

“ Como deve ser, a TV Assembleia atua com protagonismo e cumpre a sua missão de uma TV Legislativa e educativa. Com uma linha editorial imparcial e com o interesse essencialmente em prestar serviço ao povo do meu Estado. Por isso, não medimos esforços para viabilizar essa nova programação”

Ezequiel Ferreira

Presidente da ALRN

“ Essa parceria com a Assembleia Legislativa é um marco para a educação no Rio Grande do Norte, visto que milhares de alunos estão em casa, contribuindo para que o coronavírus não se espalhe”

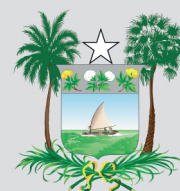
Getúlio Marques

Secretário estadual de Educação

A HORA É DE
UNIR FORÇAS
E CUIDAR DE
QUEM PRECISA

No combate ao novo coronavírus, a Assembleia Legislativa do RN destina **R\$ 2 milhões** para implantação de leitos de UTI no Hospital da Polícia Militar e para a compra de equipamentos de proteção individual para servidores da saúde, segurança e a população atendida nos hospitais regionais, referenciados para a COVID-19. São recursos próprios, de cortes nas despesas e projetos.

Acesse al.rn.leg.br e siga @assembleiarn    



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa